

## PERSPECTIVA HISTÓRICA NO ACESSO À EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL

### ULTRAMONTANISMO, EDUCAÇÃO E CONGREGAÇÕES CATÓLICAS NO BRASIL E NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Ademilson Batista Paes (UEMS/SBHE)<sup>1</sup>

O presente texto aborda a ação católica desenvolvida, sobretudo, a partir das meados do século XIX em todo o mundo, mas com suas implicações em solo brasileiro, por meio da instalação de congregações e ordens educadoras. Em termos gerais, o Ultramontanismo<sup>2</sup> teve suas ramificações no mundo católico como reação à modernidade propiciada entre outras ocorrências pelos séculos das Luzes, com o apoio e incentivo do Papa Pio IX (1792-1878). A Igreja, conservadora em seus princípios, chocou-se com o aspecto filosófico do pensamento iluminista, cujos princípios advinham das ciências naturais mas que passaram a ser aplicadas em análises sobre o homem e a sociedade, em temas como ética, governo, direitos etc. Mais do que natural, portanto, que houvesse confronto de interesses entre instituições e formas de governo baseados em centralidade, hereditariedade, direitos absolutos etc. Não só no campo religioso, mas também na dimensão política, houve repercussões das Luzes como foi o caso da Independência dos Estados Unidos da América (1775), da Revolução Francesa (1789), e, no Brasil, o da Inconfidência Mineira (1789), ilustrando o quanto os séculos XVIII e XIX foram ricos em alternância de mentalidades, projetos políticos etc. A Igreja reagiu de forma organizada, patrocinando contratos e parcerias, fortalecendo-se e fomentando o destaque de pensadores e intelectuais ligados às suas hostes. Os novos princípios iluministas geraram o enfraquecimento do Padroado, principalmente nos países ibéricos (católicos), de seus territórios e de colônias africanas e americanas. Outros fatores contribuíram para o enfraquecimento do poder temporal da Igreja em todo o mundo. No Brasil, o marco inicial do Ultramontanismo ocorreu por meio da atitude de Dom Pedro II, ao assentir com a nomeação (por prerrogativa do Padroado) de Dom Antônio Ferreira Viçoso para ser sagrado Bispo de Mariana (MG), em 1844. O religioso foi considerado como exemplar nas ações implementadas na reforma do clero, sobretudo, na formação de suas fileiras em seminários mais aprimorados, rigorosos, com ênfase e destaque para a Doutrina da Igreja. Seguindo o exemplo do bispo mineiro, outras Congregações passaram a esmerar na formação de seus religiosos no Brasil. Além disso, outras Ordens estimuladas por Roma e aceitas pelo próprio Imperador, aportaram por aqui, como os capuchinhos italianos destinados a desenvolverem ações com os indígenas; os lazaristas franceses e os salesianos italianos *designados* para desenvolverem ações no ensino secundário e nas chamadas Missões. Os jesuítas, por sua vez, após a supressão desencadeada por Marquês de Pombal, (1759), retornam a partir de 1842 (espanhóis), alemães (década de 1950), italianos (1960), instalando-se nas províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por outro lado, além das ações mencionadas, a Igreja focou

<sup>1</sup> Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Sócio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (GEPHEB).

<sup>2</sup> Doutrina da Igreja Católica que sustenta a tese da infalibilidade do Papa.

seus objetivos e projetos em contenção ao liberalismo e positivismo, em estabelecer diálogos e acordos com governos católicos no velho e novo mundo, para a instalação da educação católica. Tal viés foi arduamente defendido e fomentado pelo Papa Leão XIII (1873-1903), que entendia que somente haveria um bom cidadão se houvesse um bom cristão, e, que tal pressuposto seria atingido por meio da aliança da fé e da razão, ofertado pela parceria entre Igreja e Estado. Na família, antevia outra parceira compreendendo-a como a responsável pela educação formal dos filhos. Então, no mundo católico, e, particularmente no Brasil, verificou-se uma ampla instalação de novas ordens e congregações destinadas a fundar e/ou instituições destinadas ao ensino e à aprendizagem, como escolas, institutos, educandários, patronatos, liceus, orfanatos praticamente em todos os estados da federação brasileira. A título de exemplo, destaca-se a presença de algumas, como as Irmãs de São José de Chamberry (1859), Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã (1872), Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils (1883), Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora (1892), Irmãos Maristas (1897), Irmãs Beneditinas Missionárias de Tutzing (1905), Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário (1906), Irmãs Franciscanas Alcantarinas (1932), Irmãs Beneditinas das Divina Providência (1936), Irmãs Franciscanas de Siessen (1936), Irmãs Agostinianas Missionárias (1937) entre tanta outras. Das mencionadas, destaca-se no Centro-Oeste, a presença dos ramos masculino e feminino dos franciscanos, salesianos, agostinianos e dominicanos que nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estabeleceram-se em cidades como Goiás (GO), Porto Nacional (TO), Goiânia (GO), Dourados (MS), Campo Grande (MS), Corumbá (MS), Morrinhos (GO), Rio Brillhante (MAS) etc. Dedicando-se de forma hegemônica ao acolhimento e instrução da infância e juventude, por meio dos cursos primário, secundário, mas também de inúmeros ofícios profissionalizantes. Conforme indicam dados estatísticos da série histórica do IBGE, como também uma ampla base documental histórica, os estados, ao mesmo tempo em que co-existiram com essas congregações e ordens, desenvolveram, aparentemente, ações tímidas na criação de cursos, na construção de edifícios escolares e na manutenção geral da instrução pública, a ponto dos historiadores afirmarem que ela ocorreu de forma tardia em relação a outras regiões do país.